interapia

V. 4 N. 1 (2026) · ENSAIO TEÓRICO · ISSN 3085-9085

ENSAIO TEÓRICO FILOSOFIA · PSICANÁLISE

Amor fati e a posição do sujeito diante do que não escolheu: alcance e limites de uma aproximação entre Nietzsche e a psicanálise

Amor fati and the subject's position before what was not chosen: scope and limits of an approximation between Nietzsche and psychoanalysis

Viviane Nascimento de Carvalho Freitas

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 30 ABR 2026

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a fórmula nietzschiana do *amor fati* e interroga em que plano ela pode ser aproximada da posição que a psicanálise atribui ao sujeito diante daquilo que não escolheu. O percurso reconstitui a formulação da fórmula em *A gaia ciência*, em *Ecce homo* e em *Nietzsche contra Wagner*, mostra sua dependência da hipótese do eterno retorno e a distingue das noções com que é correntemente confundida — resignação, conformismo, otimismo e aceitação passiva do sofrimento —, lembrando que Nietzsche a opõe explicitamente ao ressentimento. Em seguida, reconstitui três operações psicanalíticas convocadas pela literatura que faz a aproximação: a elaboração do luto em Freud, a insistência da repetição para além do princípio do prazer e a ética do desejo formulada por Lacan no *Seminário 7*. Sustenta-se que a aproximação não se sustenta no plano da equivalência conceitual — afirmar o necessário não é elaborar a perda, não é assumir a castração e não é o não ceder de seu desejo —, mas se sustenta no plano formal da posição do sujeito diante do que lhe foi imposto e não escolhido. Argumenta-se, por fim, que transformar a fórmula em prescrição terapêutica psicologiza a filosofia e empobrece ambos os campos.

Palavras-chave: amor fati; Nietzsche; psicanálise; desejo; afirmação.

ABSTRACT

This article examines the Nietzschean formula of *amor fati* and asks on what plane it may be brought close to the position psychoanalysis assigns to the subject before what was not chosen. The argument reconstitutes the formula in *The Gay Science*, *Ecce Homo* and *Nietzsche contra Wagner*, shows its dependence on the hypothesis of eternal recurrence, and distinguishes it from the notions with which it is commonly confused — resignation, conformism, optimism and passive acceptance of suffering — recalling that Nietzsche explicitly opposes it to *ressentiment*. It then reconstitutes three psychoanalytic operations invoked by the literature that makes this approximation: the work of mourning in Freud, the insistence of repetition beyond the pleasure principle, and the ethics of desire formulated by Lacan in *Seminar 7*. It is argued that the approximation does not hold on the plane of conceptual equivalence — affirming the necessary is neither working through loss, nor assuming castration, nor the Lacanian refusal to give way on one's desire — but does hold on the formal plane of the subject's position before what was imposed and not chosen. Finally, it is argued that turning the formula into a therapeutic prescription psychologises philosophy and impoverishes both fields.

Keywords: amor fati; Nietzsche; psychoanalysis; desire; affirmation.

1 Introdução

Há uma fórmula de Nietzsche que circula com facilidade incomum fora da filosofia. *Amor fati* — amor ao destino — aparece em epígrafes, em literatura de autoajuda e, com frequência crescente, em textos que a oferecem à clí-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

nica como orientação. Essa facilidade é, ela própria, um problema: o que torna a fórmula atrativa à divulgação é exatamente o que a desfigura — a possibilidade de lê-la como convite à aceitação serena do que não se pode mudar.

Essa leitura é falsa, e o presente artigo parte de sua recusa. Em Nietzsche, *amor fati* não nomeia resignação, conformismo nem tolerância ao sofrimento. Nomeia uma afirmação — e uma afirmação cuja medida é severa, posto que se mede pela hipótese do eterno retorno. Não se trata de suportar o necessário; trata-se de querê-lo, e de querê-lo de tal modo que sua repetição infinita não constituísse objeção.

Fixado esse ponto, abre-se a questão que organiza o trabalho. A psicanálise também se ocupa, desde sua fundação, daquilo que o sujeito não escolheu: a história que o precede, o corpo que lhe coube, as perdas que sofreu, a estrutura do desejo que o constitui. Há aí mais do que coincidência temática? E se há, em que plano a aproximação se sustenta?

A hipótese defendida é dupla. Primeiro: a aproximação não se sustenta no plano da equivalência conceitual. Afirmar o necessário, no sentido nietzschiano, não é elaborar a perda no sentido freudiano, não é assumir a castração no sentido lacaniano, e não é o não ceder de seu desejo que Lacan enuncia no *Seminário 7*; cada operação tem economia própria, e sobrepô-las produz um discurso que parece profundo e não é verificável. Segundo: a aproximação sustenta-se, legitimamente, em outro plano — o da *posição* do sujeito diante do que lhe foi imposto e não escolhido. Trata-se de homologia formal, não de identidade de conteúdo, e é a explicitação dessa fronteira que a torna defensável em vez de impressionista.

Convém antecipar o que o artigo recusa. Não se propõe que o *amor fati* seja técnica, objetivo de tratamento ou conselho a transmitir ao analisando. A fórmula não é prescritiva, e tratá-la como tal empobreceria ambos os campos: a filosofia, reduzida a slogan motivacional; a psicanálise, substituída por uma pedagogia da aceitação.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. Não houve coleta de dados empíricos, observação clínica sistemática, entrevista, aplicação de instrumentos ou acesso a registros de atendimento. O artigo não reporta pesquisa com seres humanos, não apresenta vinhetas clínicas e não produz, portanto, achados de campo.

O corpus primário filosófico reúne os textos em que a fórmula *amor fati* e a hipótese do eterno retorno recebem formulação explícita: *A gaia ciência*, sobretudo o aforismo 276, que abre o livro quarto, e o aforismo 341, em que o eterno retorno é enunciado; *Assim falou Zaratustra*, onde a hipótese é desenvolvida em registro narrativo; *Ecce homo*, em cuja seção *Por que sou tão inteligente* a fórmula é apresentada como medida da grandeza humana; e *Nietzsche contra Wagner*, onde ela reaparece em registro retrospectivo. A *Genealogia da moral*, em especial a primeira dissertação, foi mobilizada para estabelecer a oposição entre afirmação e ressentimento.

O corpus primário psicanalítico reúne, em Freud, *Recordar, repetir e elaborar* (1914), *Luto e melancolia* (1917), *Além do princípio do prazer* (1920), *O mal-estar na civilização* (1930) e *Análise terminável e interminável* (1937); em Lacan, o *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-1960), o *Seminário, livro 11* (1964), no que concerne à travessia do fantasma, e o escrito *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1960). O *Vocabulário da psicanálise* foi utilizado como instrumento de controle terminológico.

Como corpus secundário, recorreu-se à literatura de comentário filosófico em edição de referência e a obras sobre o mal-estar contemporâneo. Excluíram-se materiais de divulgação, repositórios de citações, enciclopédias colaborativas e portais de conteúdo — exclusão particularmente necessária neste tema, dada a ampla circulação de sentenças apócrifas atribuídas a Nietzsche.

O procedimento consistiu em três movimentos: reconstituição de cada noção em sua obra de origem; teste das equivalências correntemente propostas entre as noções filosóficas e as psicanalíticas, com identificação do ponto em que cada uma falha; e delimitação do plano residual em que a aproximação se sustenta depois de descartadas as equivalências falsas.

3 *Amor fati*: o que a fórmula afirma

3.1 Do necessário ao belo

A fórmula aparece pela primeira vez no aforismo que abre o livro quarto de *A gaia ciência*, escrito em registro de voto para o ano que começa. Nietzsche formula ali um desejo preciso: aprender a ver como belo aquilo que é necessário, de modo a tornar-se um daqueles que tornam as

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

coisas belas. A conclusão nomeia a disposição: *amor fati* — que seja, de agora em diante, seu amor.

A construção contém todo o argumento posterior. O que está em jogo não é um juízo sobre o mundo, mas uma transformação do olhar que o apreende: Nietzsche não afirma que o necessário *seja* belo, afirma querer aprender a vê-lo assim. A operação é ativa, e seu resultado é produzido, não constatado. Isso basta para separar a fórmula de qualquer fatalismo — o fatalismo constata que nada pode ser mudado e daí extrai a suspensão do querer, enquanto o *amor fati* parte da mesma constatação e dela extrai a exigência de um querer mais intenso, dirigido não ao que poderia ter sido, mas ao que é.

Há, além disso, uma recusa embutida na formulação. Ao enunciar o que quer aprender, Nietzsche enuncia o que recusa: a guerra contra o feio, a acusação dirigida aos acusadores, o combate travado em terreno escolhido pelo adversário. A disposição afirmativa não se define por aquilo a que se opõe — e é aí que se torna inassimilável ao ressentimento.

3.2 O eterno retorno como medida

A fórmula permaneceria vaga sem um critério, e o critério é fornecido no aforismo 341 do mesmo livro, onde o eterno retorno é apresentado em forma de experimento mental: um demônio anuncia ao sujeito que a vida que vive terá de ser vivida de novo, inumeráveis vezes, sem nada de novo, cada dor e cada alegria na mesma sequência. A pergunta que se segue não é teórica, e sim existencial: a reação a esse anúncio seria de esmagamento ou de exaltação?

A função do experimento é a de uma prova. O eterno retorno não comparece como tese cosmológica a demonstrar, mas como instrumento de pesagem de uma vida, e é ele que confere rigor à fórmula: amar o destino significa poder querer sua repetição integral, sem subtração. *Ecce homo*, na seção *Por que sou tão inteligente*, explicita essa severidade ao apresentar o *amor fati* como fórmula da grandeza humana — nada querer diferente, nem para trás nem para a frente, não apenas suportar o necessário, mas amá-lo. A mesma disposição reaparece, em registro retrospectivo, em *Nietzsche contra Wagner*.

O desenvolvimento narrativo da hipótese, em *Assim falou Zaratustra*, acrescenta um dado relevante: o pensamento do eterno retorno é ali apresentado como aquilo que Zaratustra tem maior dificuldade em sustentar, e não como consolo. A dificuldade é interna ao conceito — querer a repetição integral é querer também o que foi insuportável, e nada atenua esse custo.

3.3 O que a fórmula não é

Três confusões recorrentes merecem desfazimento explícito, porque são elas que sustentam a maior parte das transposições apressadas.

A primeira é a confusão com a **resignação**. Resignar-se é renunciar ao querer diante do que não se pode alterar. Em Nietzsche a operação é inversa: o querer não é suspenso, é redirecionado para aquilo que é. A diferença não é de grau, e sim de direção.

A segunda é a confusão com o **otimismo**. O otimismo afirma que o sofrimento tem finalidade, compensação ou sentido redentor: é teodiceia secularizada. Nietzsche recusa essa operação em nome do trágico — o valor da existência não depende de que a dor seja justificada. A afirmação incide sobre a vida tal como é, inclusive no que ela tem de injustificável, e por isso não se converte em promessa.

A terceira, e mais decisiva, é a confusão com a **aceitação passiva do sofrimento**. O contraste útil vem da própria obra de Nietzsche: na primeira dissertação da *Genealogia da moral*, o ressentimento é descrito como a posição daquele que, incapaz de reagir ativamente, produz valores a partir da negação do outro — criação, mas reativa, cuja matéria é o rancor. O *amor fati* é o avesso exato dessa posição, não porque suporte melhor o sofrido, mas porque não constitui sua identidade a partir do agravo. A oposição relevante, portanto, não é entre aceitar e recusar o sofrimento, mas entre definir-se pelo que se afirma e definir-se pelo que se acusa.

4 A psicanálise diante do que não se escolheu

4.1 A elaboração da perda

Em *Luto e melancolia*, Freud descreve o trabalho de luto como processo pelo qual a libido investida num objeto perdido é progressivamente retirada dele e tornada disponível para novos investimentos — processo custoso, demorado e resistido, em que a realidade da perda é verificada ponto por ponto, cada verificação acompanhada de dor. A melancolia, por contraste, descreve o que ocorre quando essa retirada não se completa e o objeto é incorporado ao eu, que passa a dirigir contra si as acusações que caberiam ao objeto.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

Dois traços dessa descrição importam ao argumento. O primeiro é que a elaboração do luto tem por operação a *desinvestidura*: trata-se de desligar o que estava ligado. O segundo é que o processo visa a restituir a capacidade de investir, não a reconciliar o sujeito com a perda. Nada em Freud sugere que o luto bem conduzido produza amor pelo que foi perdido — o que produz é liberdade libidinal em relação a ele. Já em *Recordar, repetir e elaborar*, a *Durcharbeitung* nomeia outra coisa: o trabalho, lento porque feito contra a resistência, pelo qual o sujeito reconhece como próprio aquilo que repetia sem reconhecer. Também aqui a operação é de transformação da relação com o material, não de adesão a ele.

4.2 A insistência da repetição

A introdução, em *Além do princípio do prazer*, da compulsão à repetição altera o quadro. Freud se vê diante de fenômenos — sonhos traumáticos, repetição de situações penosas, reações terapêuticas negativas — que não se explicam pela busca de satisfação: algo no aparelho psíquico insiste em retornar ao que foi doloroso, e esse retorno não produz prazer nem elaboração. Em *Análise terminável e interminável*, o reconhecimento é levado às últimas consequências: há um resto que a análise não dissolve, e a honestidade do método exige dizê-lo. É nesse ponto — e apenas nele — que uma proximidade formal com o problema nietzschiano começa a se desenhar: em ambos os campos, está posta a questão do que fazer com aquilo que não cede.

4.3 A ética do desejo

Lacan formula, no *Seminário 7*, a ética da psicanálise em termos que a distinguem de qualquer moral do bem-estar: a análise não visa à adaptação, à felicidade nem à supressão do sintoma, e a questão que coloca ao sujeito é a de sua relação com o próprio desejo. A fórmula que condensa essa posição — não ceder de seu desejo — não enuncia imperativo de realização, e sim advertência: ceder é a operação pela qual o sujeito se afasta do que o determina em troca de algum bem.

No mesmo seminário, a noção de *das Ding* nomeia aquilo em torno do que o desejo se organiza sem jamais alcançá-lo, e a leitura de *Antígona* fornece a figura de uma posição sustentada até o limite. Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo*, a articulação recebe formulação condensada: é a falta que causa o desejo, e não um obstáculo a removê-la.

Convém registrar uma precisão terminológica que a literatura de aproximação costuma perder. A castração, no léxico psicanalítico, não é objeto de desejo: é a operação estrutural que institui o desejo como tal. A expressão desejar a própria castração, corrente em textos de interface, é portanto imprecisa — não se deseja a condição que torna o desejo possível, assim como não se escolhe a língua em que se fala. O que a clínica registra é outra coisa: a passagem de uma posição de queixa quanto à falta a uma posição em que a falta é assumida como condição de um desejo próprio. A travessia do fantasma nomeia essa mudança, e cabe notar que pertence ao *Seminário 11*, não aos *Escritos*.

5 A fronteira: em que plano a aproximação se sustenta

5.1 Três equivalências que não se sustentam

Posto o material, as equivalências habitualmente propostas podem ser testadas. Nenhuma resiste ao exame.

A primeira equivale *amor fati* a **elaboração do luto**. Falha porque os vetores são opostos: o luto desliga a libido do objeto perdido, ao passo que a afirmação nietzschiana consiste em querer integralmente o que foi, perda inclusive. Um luto que terminasse em amor pela perda não seria luto concluído, e sim seu impedimento.

A segunda equivale *amor fati* a **assunção da castração**. Falha por erro de categoria: a castração é operação estrutural, e o destino de que Nietzsche fala é biográfico — a sequência efetiva dos acontecimentos de uma vida. A terceira equivale *amor fati* ao **não ceder de seu desejo**. Falha porque a fórmula lacaniana adverte sobre uma posição em relação ao desejo, e não prescreve uma atitude diante do acontecido: um sujeito pode não ceder de seu desejo e permanecer em litígio com sua história.

5.2 O plano em que a aproximação se sustenta

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

NOÇÃO	OPERAÇÃO QUE A DEFINE	EQUIVALÊNCIA PROPOSTA	ONDE A EQUIVALÊNCIA FALHA
Amor fati	Querer o necessário, medido pela prova do eterno retorno	—	Não é resignação, otimismo nem tolerância ao sofrimento
Luto	Desinvestir a libido do objeto perdido (Freud, 1917)	Amar o destino = elaborar a perda	Vetores opostos: um desliga, o outro quer integralmente
Castração	Operação estrutural que institui o desejo	Amar o destino = assumir a castração	Erro de categoria: estrutura não é biografia
Desejo	Não ceder quanto ao que determina o sujeito (Lacan, 1959-60)	Amar o destino = não ceder de seu desejo	Não ceder é compatível com litígio com a própria história

Tabela 1 — Teste das equivalências entre a fórmula nietzschiana e noções psicanalíticas. A quarta coluna registra a razão da falha, e não uma objeção às noções em si.

Descartadas as equivalências de conteúdo, resta uma afinidade que é preciso enunciar com cuidado, porque é nela que o argumento se decide. Nietzsche e a psicanálise encontram-se não no que dizem sobre o destino, mas na estrutura do problema que formulam. Ambos partem de que o sujeito é determinado por aquilo que não escolheu — a história, o corpo, os acasos, a estrutura do desejo —, e ambos recusam tanto a queixa quanto a submissão como respostas a essa determinação. O que fica, nos dois casos, é a exigência de uma posição: assumir como própria uma determinação de que não se é autor.

Trata-se de homologia formal, não de identidade. Os conteúdos permanecem distintos: o que em Nietzsche é afirmação de uma vida em sua totalidade é, na análise, deslocamento da posição subjetiva em relação ao que insiste; o critério de Nietzsche é a prova do eterno retorno, o da análise é o que se produz na transferência. Mas a forma do problema é a mesma.

Decorrem daí duas consequências. A primeira concerne ao estatuto da fórmula: o *amor fati* pode funcionar como figura do pensamento — um modo de nomear a diferença entre uma posição de litígio e uma posição de assunção — e não como operador técnico. Uma figura não se aplica; ilumina ou não ilumina o que está em questão.

A segunda concerne ao que a aproximação proíbe. Convertê-la em prescrição terapêutica reduziria, do lado da filosofia, um argumento sobre o valor da existência a técnica de bem-estar, e instalaria, do lado da psicanálise, um imperativo de aceitação no lugar da escuta. Há ainda um risco clínico específico: dirigir a um sujeito em sofrimento a exigência de amar o que lhe aconteceu é, na prática, injunção moral — e injunções morais, na clínica, operam como silenciamento. O valor da fórmula, se o tem, está em descrever uma posição eventualmente alcançada, jamais em prescrevê-la.

6 O mal-estar contemporâneo e o uso apressado da fórmula

A delimitação proposta extrapola a discussão conceitual, porque é na leitura do mal-estar contemporâneo que o uso apressado da fórmula se tornou mais frequente. O diagnóstico de partida é freudiano. Em *O mal-estar na civilização*, Freud sustenta que a renúncia pulsional exigida pela vida em comum produz um desconforto que nenhuma reforma social elimina: o mal-estar não é disfunção, é preço. O argumento permanece operante na discussão sobre a cultura do desempenho, em que a exigência de autossuperação é descrita como produtora de esgotamento, e sobre a circulação social dos afetos e do desamparo.

Diante desse quadro, é compreensível que a fórmula nietzschiana pareça oferecer uma via de resistência: contra o imperativo de positividade, a afirmação do que é; contra a medicalização do sofrimento, o reconhecimento de que a dor integra a existência. A intuição não é errada. Mas é aqui que a cautela se impõe com mais força, porque a cultura que produz o imperativo de desempenho é também a que melhor absorve discursos de aceitação. Uma fórmula que ensine o sujeito a amar as condições em que vive é assimilável por um discurso que delega ao indivíduo a responsabilidade por circunstâncias que não produziu. Assim traduzido, o *amor fati* não resiste a nada: torna-se instrumento de adaptação — precisamente o que o argumento nietzschiano e a ética lacaniana recusam.

Uma distinção decide, portanto, o uso. Uma coisa é afirmar o necessário em sentido estrito: o que já aconteceu, o que não poderia ter sido de outro modo, a condição faltosa do desejo. Outra é tratar como necessário o que é contingente e socialmente produzido — a precariedade, a sobrecarga, a violência sofrida. A primeira operação é a nietzschiana; a segunda é sua falsificação, de consequências políticas. Nenhum argumento sobre o destino autoriza a

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

naturalização do que poderia ser diferente, e a fórmula empregada sem essa distinção converte filosofia trágica em conformismo administrado.

Considerações finais

O percurso permite enunciar três conclusões de alcance distinto.

A primeira é conceitual. *Amor fati* não nomeia resignação, otimismo nem aceitação passiva do sofrimento. Nomeia uma afirmação cujo critério é a prova do eterno retorno e cujo avesso é o ressentimento. Qualquer uso da fórmula que dispense esse critério está usando a expressão, não o conceito.

A segunda concerne à fronteira entre os campos. A aproximação não se sustenta no plano da equivalência: afirmar o necessário não é elaborar a perda, não é assumir a castração e não é o não ceder de seu desejo. Sustenta-se, sim, no plano formal da posição do sujeito diante do que não escolheu — e reconhecer essa restrição é o que a torna sustentável.

A terceira é prática e negativa. O *amor fati* não é operador clínico, meta de análise nem conselho terapêutico. Sua utilidade é a de uma figura que permite nomear uma diferença de posição; convertê-la em prescrição psicologiza a filosofia, moraliza a clínica e produz um discurso de adaptação indistinguível daquele a que pretendia resistir.

Permanece aberta uma agenda. Nada do que aqui se afirmou foi submetido a verificação empírica, e nada o poderia ser nos termos em que foi formulado: trata-se de delimitação conceitual. Uma investigação sobre os efeitos clínicos do emprego de figuras filosóficas na condução de tratamentos exigiria desenho metodológico próprio, enquadre ético explícito e consentimento documentado. Enquanto não se realiza, convém enunciar as proposições deste artigo pelo que são: distinções conceitualmente sustentadas, não resultados.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade*: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-171.

FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-263.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-75.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 67-148.

FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 225-270.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

LACAN, J. *O seminário, livro 7*: a ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J. *O seminário, livro 11*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTON, S. *Nietzsche*: das forças cósmicas aos valores humanos. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

NIETZSCHE, F. *O caso Wagner*: um problema para músicos; *Nietzsche contra Wagner*: dossiê de um psicólogo. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, F. *Ecce homo*: como alguém se torna o que é. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos*: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

FREITAS, V. N. C. Amor fati e a posição do sujeito diante do que não escolheu: alcance e limites de uma aproximação entre Nietzsche e a psicanálise. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 4, n. 1, p. 57-64, 2026.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.